

A ignorância perigosa

Publicação: [O Mundo em Português Nº61](#)

Data de Publicação: Fevereiro/Março de 2006

Autor: Álvaro de Vasconcelos

A crise das caricaturas, a vitória do Hamas na Palestina, a radicalização do discurso dos conservadores iranianos, colocaram a União Europeia à beira de um ataque de nervos e a maioria dos europeus na maior das confusões. Aliás, parece mesmo que a perplexidade dos cidadãos não é menor que a dos seus chefes de Estado. Perplexidade que resulta da amálgama de todos os actores que protestam numa vasta nebulosa, fruto da confusão entre sentimentos religiosos e acção política. É uma ignorância perigosa que alimenta o extremismo e a barbárie identitária, tanto na Europa como nos seus vizinhos a Sul. E tudo isto num momento em que a União assume um novo protagonismo no Médio Oriente.

Com o fim da União Soviética desapareceu um paradigma capaz de explicar a maioria dos conflitos, mas há quem viva mal com a complexidade. O paradigma do choque de civilizações[1] é das teorias globais do pós-guerra fria o que ainda hoje tem mais cultores. Basta ler os jornais para perceber que a crise das caricaturas conforta a convicção de que o conflito essencial dos nossos tempos seria entre o Ocidente e um mundo islâmico fechado numa religião incompatível com a democracia .

A situação actual, porém, é parte de uma crise bem mais vasta, que não é cultural ou religiosa mas política. Foi desde logo política na sua origem, no contencioso entre as comunidades muçulmanas da Dinamarca, o governo de Copenhaga e a extrema-direita xenófoba que lhe dá apoio parlamentar – algumas das caricaturas, para além de ferirem sentimentos religiosos, assumiam um carácter racista ao confundirem Islão e terrorismo. É de origem política, também, a radicalização de um sector importante da população nos países árabes em consequência da situação dos palestinos ou da Guerra no Iraque, que é canalizada para uma nova forma de nacionalismo identitário, acima de tudo anti-americano, pelas correntes islamistas, ou a surenchere de alguns governos árabes, em dificuldades internas perante o crescimento da oposição islamista e a pressão internacional a favor das reformas. Xenofobia e islamofobia das novas correntes da extrema-direita, anti-judaísmo e anti-ocidentalismo dos islamistas extremos, fazem parte

da dialéctica dos dois ódios e do desprezo mútuo, parafraseando Edgar Morin, e que são um desafio interno às democracias europeias.

Mas será que não existe uma dimensão religiosa nesta crise? É certo que as caricaturas feriram a sensibilidade religiosa de muitos muçulmanos, da mesma forma que numerosas caricaturas, filmes e obras de arte ferem a sensibilidade de muitos cristãos. Mas também aqui não se deve falar de choque de civilizações; o problema é também essencialmente político, pois é na existência ou não da democracia e do Estado de Direito que se pode julgar a reacção perante o que discordamos. O que aconteceu na Europa foi que a democracia e o Estado de Direito vieram exactamente criar as condições para a livre expressão de pontos de vista, que ferem muitos, e que se já hoje ferem menos é precisamente porque a prática democrática criou o hábito de a maioria aceitar opiniões contrárias à sua. O que o Estado de Direito e a democracia nos garantem é a liberdade religiosa e a liberdade de não ter religião.

Em muitos países árabes, o alvoroço resulta da fraqueza do Estado de Direito e da liberdade de imprensa, ou seja, da falta da democracia. Mas a reivindicação do reforço das liberdades e das suas garantias está bem presente no debate sobre as caricaturas em muitos países do sul. Ao contrário da imagem veiculada pelas televisões e certos jornais, elas provocaram, em muitos países, um debate sério sobre a liberdade de expressão e a defesa dos direitos fundamentais. Alguns jornais publicaram as caricaturas, para permitir que os seus leitores soubessem exactamente o que estava em causa, o que levou à prisão dos jornalistas responsáveis.

O que é particularmente significativo nesta crise é a Europa ter-se tornado o alvo privilegiado das críticas e, em certos casos, mesmo dos ataques de alguns Estados árabes e do Irão. Europa que, salvo algumas excepções, tinha saído da guerra do Iraque com um enorme capital de simpatia. O que se terá passado para tal mudança, aparente pelo menos? É que a Europa do poder doce tem vindo a alterar a sua política de apoio ao status quo no mundo árabe.

A União Europeia, no processo que levou à Cimeira Euro-Mediterrânica de Barcelona, em Novembro, apercebeu-se que a política de defesa do status quo não correspondia nem aos seus interesses nem à situação política real dos países mediterrânicos. De facto, nos últimos anos, o movimento reformista ganhou força e um debate intenso instalou-se sobre os caminhos para a democracia, do Líbano a Marrocos. Ou seja, a problemática democrática não foi o resultado da pressão americana ou europeia mas sim da evolução das sociedades do sul. Os islamistas, por seu lado, tornaram-se actores incontornáveis do panorama político na maioria dos países: estão no Parlamento em

Marrocos, na Argélia, no Líbano, no Egito, na Palestina e na Jordânia e em muitos desses países são a principal alternativa ao autoritário nacionalismo árabe no poder. A política europeia acompanhou esta evolução e o relatório da Comissão Europeia para Barcelona salienta, facto inédito num documento da União, a necessidade de se ter em consideração os islamistas, o que foi alvo de muitas críticas por parte de alguns governos árabes, como o do Egito.

Mas não só a União colocou, embora timidamente, o apoio às reformas democráticas na sua agenda, como alguns Estados europeus, nomeadamente a França, assumiram uma posição dura em relação à política da Síria no Líbano, o que forçou o regime sírio a pôr termo, em 2005, a uma ocupação que durava desde 1976. A reacção anti-europeia de alguns governos árabes é uma resposta ao envolvimento da Europa nos processos de reformas políticas e à firmeza de alguns em relação à Síria. Em Gaza, o ataque contra a representação da União não foi levado a cabo pelo Hamas, mas sim pelas brigadas de Al-Aqsa, um grupo radical ligado à Fatah, a grande derrotada nas recentes eleições. É evidente que os sectores islamistas procuraram também canalizar o descontentamento geral com as caricaturas mas regra geral fizeram-no pacificamente, por vezes em conjunto com forças laicas. Ao contrário do que as imagens, tiradas em grande plano, fizeram crer, as caricaturas não incendiaram a opinião pública nos países árabes e os manifestantes, como salientava a revista marroquina *Tel Quel*, nunca ultrapassaram a casa dos milhares. As manifestações mais violentas e significativas deram-se, bem longe do Mediterrâneo, no Paquistão e visaram claramente o governo paquistanês e os Estados Unidos – que tinham, aliás, criticado as caricaturas e onde poucos jornais as reproduziram. Mas visam também a Europa na medida que os Estados da União representam no Afeganistão o essencial do esforço militar da Nato.

Na questão iraniana, a Europa coloca-se cada vez numa posição de confronto com o poder conservador e próxima das preocupações do mundo árabe sunita, não só na firme oposição dos mediadores europeus ao recomeço do programa nuclear por Teerão, mas também nas suas preocupações com a influência xiita no Iraque. Neste contexto, a evolução da política americana coloca desafios particulares à União. Se é verdade que o tema da democracia foi colocado na agenda internacional pela administração Bush, no pós-11 de Setembro, também é verdade que nos Estados Unidos se começa a reflectir sobre as consequências do voluntarismo neo-conservador e da falta de coerência da sua política de promoção da liberdade. Depois da intervenção unilateral no Iraque e da tragédia que se seguiu, e que perdura, perante Guantanamo e Abu Ghraib, a palavra fracasso começa a ser pronunciada por um número cada vez maior de americanos. A provável retirada progressiva dos Estados Unidos do Médio Oriente

e, a prazo, do Iraque, coloca a União Europeia na primeira linha, tanto mais que os Estados Unidos podem, se assim o quiserem, ir para casa, mas a Europa não.

A União necessita de integrar num esforço coerente e comum o novo activismo de alguns Estados membros na região. Não o conseguirá recuando perante a pressão dos que, instrumentalizando reais sentimentos religiosos feridos, se opõem ao processo de reformas. Mas a União tem, também, que ser intransigente com a xenofobia na Europa – só assim será capaz de preservar a sua própria diversidade e de garantir a credibilidade necessária para apoiar o processo de reformas democráticas no Mediterrâneo. O sucesso da política da União estará, em larga medida, dependente da capacidade dos seus dirigentes para perceberem, e fazerem perceber, aos seus cidadãos, que não estamos perante nenhum choque de civilizações, que os problemas são essencialmente políticos, mesmo quando assumem aspectos religiosos. Para ter sucesso neste objectivo, a União deve fazer a pedagogia da complexidade para vencer a ignorância que a leva a confundir o radicalismo de alguns com a vontade da maioria.

[1] Álvaro de Vasconcelos, «Os erros de Huntington», Público, 12 Julho de 1996. www.ieei.pt